



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 275/2018 TRE-PE/PRES/DG/STIC

Promove ajustes no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, Ciclo 2016-2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e

considerando as recomendações contidas no item 9.1.1 do Acórdão TCU nº 749/2014, decorrentes de auditoria realizada para avaliar a implementação dos controles informados em resposta ao levantamento do perfil de governança de TIC de 2012, bem como para verificar a adoção de planos e estratégias para implementação e melhoria da governança e da gestão de TIC no Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE);

considerando o disposto no artigo 6º da Resolução CNJ nº 211/2015, que dispõe sobre a necessidade de elaboração e manutenção do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC);

considerando o disposto na Resolução TRE-PE nº 274/2016, que altera a Resolução nº 240, de 14 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a revisão do Planejamento Estratégico Plurianual 2016-2021 do TRE-PE;

considerando o disposto na Portaria TRE-PE nº 1.210/2017, que promove ajustes no Planejamento Estratégico Institucional do TRE-PE;

considerando o disposto na Portaria TRE-PE nº 1.214/2017, que promove ajustes no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRE-PE;

considerando o disposto na Portaria TRE-PE nº 576/2014, que aprovou o Processo de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRE-PE;

considerando a necessidade de referendar a aprovação da revisão do PDTIC 2016-2021 deste Tribunal, conforme deliberado pelo Comitê de Gestão Estratégica - COGEST, mediante suas atribuições, e registros na Ata do COGEST nº 12/2018;

RESOLVE

Art. 1º Aprovar a 1ª Revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) para o período 2016-2021, constante do **Anexo I** desta portaria, disponível na *internet* no caminho: <http://www.tre-pe.jus.br/o-tre/planejamento-e-gestao/planejamento-do-tre-pe>

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Recife, 26 de março de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO, Presidente**, em 26/03/2018, às 14:27, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0585911** e o código CRC **E181F70F**.

0009807-93.2018.6.17.8000

0585911v4

ANEXO DA PORTARIA Nº 275/2018



Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

2016-2021

- 1ª REVISÃO -



Justiça
Eleitoral

EQUIPE PARTICIPANTE

Área Envolvida	Papel
Assistência de Gestão e Governança	Elaborador
Coordenadoria de Sistemas	Elaborador
Coordenadoria de Gestão e Logística de Urnas	Elaborador
Coordenadoria de Infraestrutura	Elaborador
Coordenadoria de Suporte	Elaborador
Seções da STIC	Colaboradores
Comitê Executivo de TIC	Aprovador

HISTÓRICO DE VERSÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
26/3/2018	1.1	Versão revisada e aprovada em razão da edição da Portaria nº 1.214/2017, que aprovou a 1ª revisão do PETIC	CETIC
17/3/2016	1.0	Versão revisada e aprovada	CETIC

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. INTRODUÇÃO	6
2. TERMOS E ABREVIações	7
3. METODOLOGIA APLICADA.....	8
4. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	9
5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES	10
6. ORGANIZAÇÃO DA STIC	11
7. RESULTADOS DO PDTIC ANTERIOR.....	13
8. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TIC	20
9. ALINHAMENTO COM A ESTRATÉGIA DA ORGANIZAÇÃO	21
10. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES.....	22
11. PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....	23
12. PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS	32
13. PLANO DE INVESTIMENTOS E CUSTEIO.....	34
14. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE TIC	35
15. PROCESSO DE REVISÃO DO PDTIC	35
16. FATORES CRÍTICOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO PDTIC	36
17. CONCLUSÃO	37

APRESENTAÇÃO

A finalidade do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC é direcionar a atuação da área de TIC, no período de vigência do plano, permitindo ao Comitê de Gestão Estratégica - COGEST monitorar e avaliar mais precisamente a gestão de TIC do TRE, promovendo eventuais ajustes.

A elaboração do PDTIC está fundamentada no parágrafo único do artigo 6º da **Resolução CNJ nº 211/2015**.

O Plano Diretor de TIC tem por objetivo derivar em projetos e ações as iniciativas indicadas no Planejamento Estratégico de TIC - PETIC, identificando as áreas e papéis envolvidos e a programação orçamentária por intermédio do Plano de Contratações de TIC.

Este PDTIC tem abrangência de seis anos (2016-2021) e deverá ser revisado a cada dois anos ou a qualquer tempo, caso o PETIC seja ajustado.

1. INTRODUÇÃO

Fatores Motivacionais

- Resolução CNJ nº 211/2015, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);
- Resolução TRE-PE nº 240/2015, que dispõe sobre a revisão do Planejamento Estratégico, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, para o período 2016-2021, e seu devido alinhamento aos Planejamentos Estratégicos do Poder Judiciário e da Justiça Eleitoral, revisada pela Resolução TRE-PE nº 274/2016 e pela Portaria TRE-PE nº 1.210/2017;
- Portaria TRE-PE nº 203/2016, que instituiu o Planejamento Estratégico de TIC (2016-2021), revisado pela Portaria TRE-PE nº 1.214/2017.

Alinhamento Estratégico

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação está alinhado ao PETIC 2016-2021, instituído pela Portaria TRE-PE nº 203/2016 e revisado conforme a Portaria TRE-PE nº 1.214/2017.

2. TERMOS E ABREVIações

CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COGEST	Comitê de Gestão Estratégica
CETIC	Comitê Executivo de Tecnologia da Informação e Comunicação
ENTIC-JUD	Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário
PCI	Plano de Contratações Institucionais
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PETIC	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
SCI	Secretaria de Controle Interno
SISP	Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação
SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
STIC	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

3. METODOLOGIA APLICADA

Este plano foi elaborado conforme **processo de governança** do TRE-PE, instituído pela Portaria nº 576/2014.

Ainda, a elaboração do presente Plano utilizou, como documento de apoio, as orientações contidas no Guia de Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A 1ª revisão deste documento decorre dos ajustes realizados no PETIC 2016-2021, em dezembro de 2017.

4. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- Planejamento Estratégico Institucional 2016-2021
- Planejamento Estratégico de TIC 2016-2021 – 1ª Revisão
- Guia de Elaboração do PDTI do SISP
- Acórdão TCU nº 749/2014
- Processo de Governança de TIC, instituído pela Portaria TRE-PE nº 576/2014
- Propostas Orçamentárias do TRE-PE
- Resolução CNJ nº 211/2015

5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

O ponto de partida para elaboração do PDTIC fundamenta-se na elaboração do Planejamento Estratégico de TIC 2016-2021, em decorrência da revisão do Planejamento Estratégico Institucional.

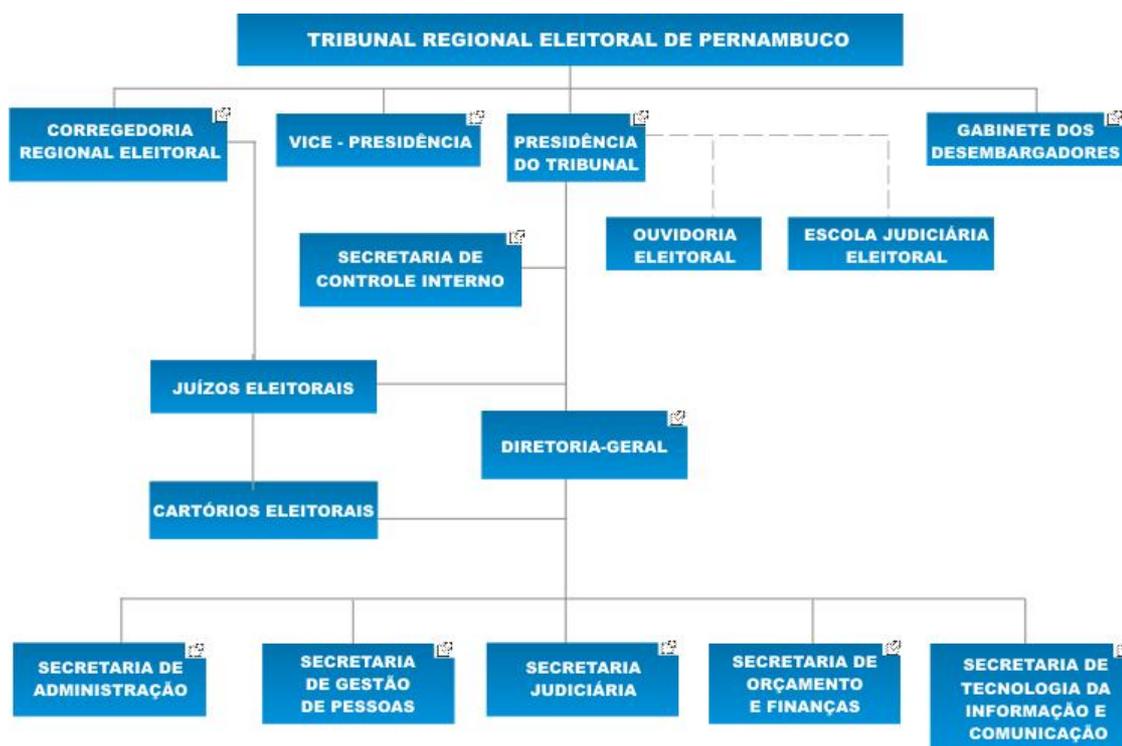
Portanto, as diretrizes para o alcance dos objetivos do PDTIC estão definidas nos planejamentos estratégicos do órgão, do Tribunal Superior Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça.

A priorização dos projetos e ações será norteada pelas diretrizes emanadas do Comitê de Gestão Estratégica em alinhamento com as diretrizes do CNJ, TSE, Planejamento Estratégico Institucional, Planejamento Estratégico de TIC e o orçamento aprovado do órgão.

Princípio/Diretriz	Origem
Melhoria da gestão de pessoas	Resolução CNJ nº 198/2014
Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Resolução TSE nº 23.439/2015
Desenvolver competências profissionais	Resolução TRE-PE nº 240/2015
Aperfeiçoamento da gestão de custos	Resolução CNJ nº 198/2014
Aperfeiçoamento da gestão orçamentária	Resolução TSE nº 23.439/2015
Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira	Resolução TRE-PE nº 240/2015
Fortalecimento da segurança do processo eleitoral	Resolução CNJ nº 198/2014
Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral	Resolução TSE nº 23.439/2015
Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral	Resolução TRE-PE nº 240/2015
Melhoria da infraestrutura e governança de TIC	Resolução CNJ nº 198/2014
Aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação	Resolução TSE nº 23.439/2015
Assegurar a melhoria da governança de TIC	Resolução TRE-PE nº 240/2015

6. ORGANIZAÇÃO DA STIC

O TRE-PE definiu unidade específica para a gestão e execução das estratégias de TIC, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), que se encontra subordinada administrativamente à Diretoria-Geral do órgão, conforme organograma Institucional que segue:

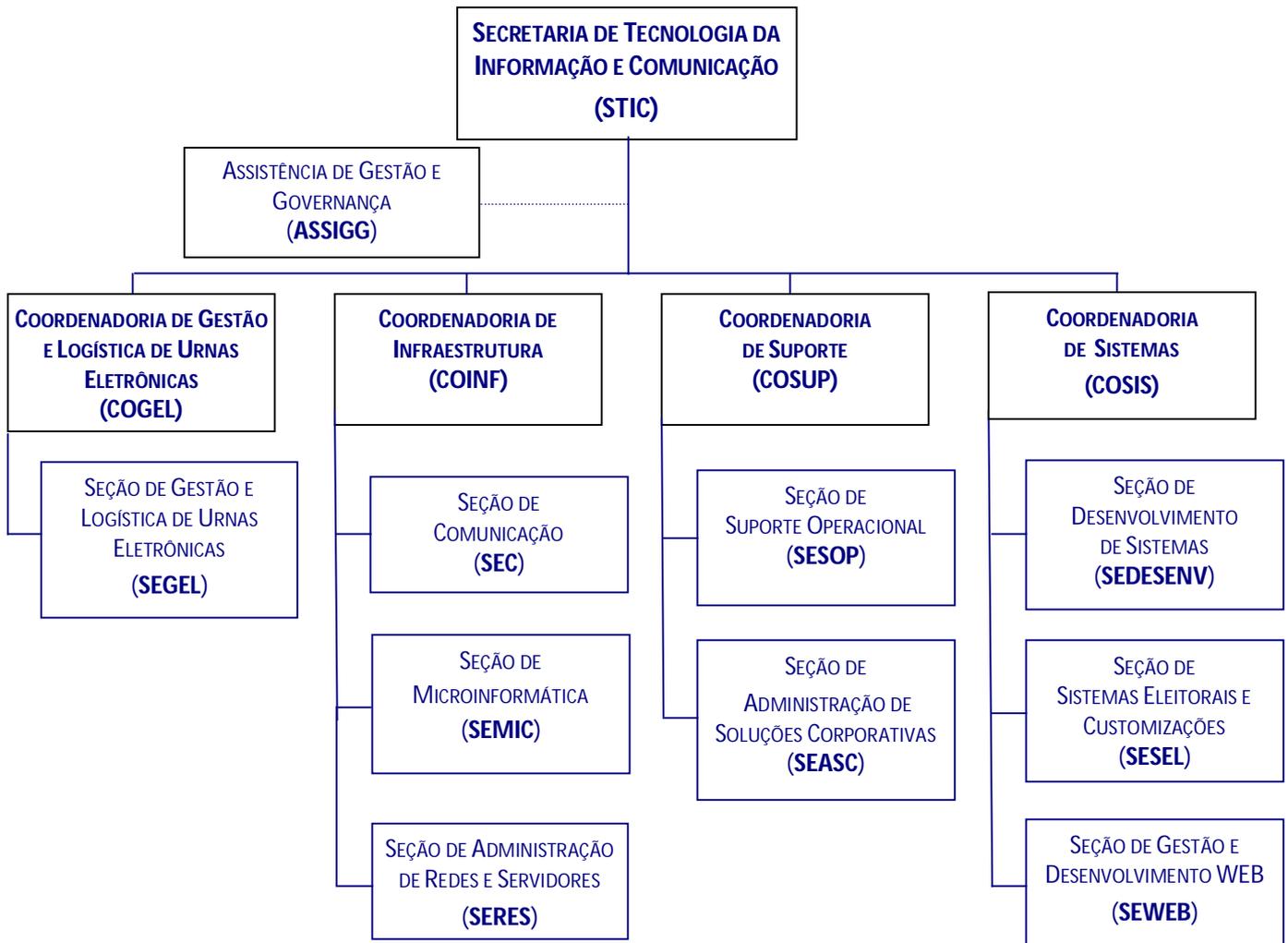


Dessa forma, a gestão dos processos e recursos de TIC é realizada por meio de estrutura própria.

A STIC foi segmentada em quatro Coordenadorias, com os seguintes focos:

- Gestão da logística relacionada com urnas eletrônicas;
- Diretrizes e gestão da infraestrutura de TIC;
- Suporte especializado de TIC;
- Gestão de soluções corporativas informatizadas.

Segue o organograma da STIC, que ilustra a estruturação referida:



7. RESULTADOS DO PDTIC ANTERIOR

ID (Iniciativas PETIC)	Ações	Prazos		Resultado
		Início	Conclusão	
1.1	Criar e executar pesquisa de satisfação	1/1/2014	31/1/2015	Realizada.
1.2	Definir a estrutura ideal para atuação das equipes de suporte	3/2/2014	19/12/2014	Realizada. Conforme alteração do Regulamento Interno e definição das novas atribuições da COSUP, SESOP e SEASC.
1.3	Promover melhoria no sistema de atendimento de chamados para central de serviços (<i>Service Desk</i>).	2/2/2015	30/6/2015	Prejudicada. Foi baixada a prioridade da ação, já que o grupo nacional GovTIC está trabalhando na análise de ferramenta que será sugerida para uso pelos Regionais, a partir de avaliação de aderência ao ITIL e usabilidade (O sistema em uso atualmente é de desenvolvimento interno).
2.1	Aprimorar ações em educação a distância	30/11/2014	30/3/2015	Realizada. Realizada a atualização da ferramenta <i>Moodle</i> para a versão 2.7, nos ambientes intranet e internet do TRE, utilizada para a criação e realização de cursos a distância pelo TRE-PE. Outras ações dependem da atuação da SGP no sentido de estruturar um calendário de ensino a distância, com a previsão no Plano Anual de Capacitação dos cursos na modalidade de EaD.
2.2	Estudar e implementar ferramentas de análise de visitas aos sites de intranet e internet do Regional	1/7/2014	19/12/2014	Realizada.
2.3	Incrementar a acessibilidade e usabilidade dos sites de intranet e internet do Regional	30/6/2014	30/11/2015	Realizada.
2.4	Desenvolver e disponibilizar funcionalidades para apoio ao eleitor	30/4/2014	30/6/2015	Realizada parcialmente. Foram disponibilizadas novas versões do sistema de agendamento da biometria. Encontra-se no portfólio de projetos a serem desenvolvidos pela COSIS outras iniciativas.
2.5	Promover melhorias no site internet	30/6/2014	30/11/2015	Prejudicada. Com o uso do Plone, toda a administração de <i>layout</i> e melhorias do site <i>Internet</i> ficaram sob responsabilidade do TSE.
3.1	Realizar simulados durante a fase de preparação das eleições	30/3/2014	24/10/2014	Realizada.

ID (Iniciativas PETIC)	Ações	Prazos		Resultado
		Início	Conclusão	
3.2	Propor instrução normativa com procedimentos de logística de urnas e votação	Realizado	Realizado	Realizada. A ação foi assumida pelo Comitê de Gestão Estratégica – COGEST, que verificará, durante o primeiro semestre de 2016, as necessidades de todas as áreas para constar da normatização.
3.3	Mapear modelos e causas de substituição de urnas	1/10/2014	28/11/2014	Realizada parcialmente. Foi realizado o mapeamento das causas por modelo de urna, mas falta elaborar relatório com as conclusões do levantamento realizado. Ação não concluída devido a termos atividades na SEGEL relacionadas a eleições comunitárias e manutenção das urnas eletrônicas que precisaram ser concluídas com maior brevidade. Pretendemos concluir até o final de março de 2016 este relatório, de forma a que tenhamos tempo de usá-lo no planejamento das atividades de manutenção das urnas para as eleições 2016.
3.4	Aprimorar testes e preparação de urnas	3/3/2014	30/9/2014	Realizada.
3.5	Aprimorar solução de incidentes e problemas com urnas	1/12/2014	30/6/2015	Não realizada. Considerando que a ação se refere à melhoria do suporte às seções eleitorais e aos cartórios durante os processos de votação e apuração, acreditamos que a mesma só terá condições de ser concluída nas próximas eleições. O andamento desta ação depende da finalização do mapeamento de modelos e causas de substituição das urnas, o qual poderá servir de parâmetro para identificação dos problemas e possíveis soluções para os incidentes com as urnas no período eleitoral.
3.6	Aprimorar o processo de manutenção preventiva das urnas	1/12/2014	30/6/2015	Realizada parcialmente. Devido à rescisão do contrato de manutenção preventiva de urnas do TSE, houve a necessidade de realizar uma contratação local para execução da manutenção preventiva. Com a nova contratação, serão adotadas medidas que permitam maior controle da qualidade do serviço prestado pela empresa contratada. Vale salientar que foi incluído na nova contratação um acordo de nível de serviço que permitirá que tenhamos maiores condições de cobrar qualidade da empresa contratada.

ID (Iniciativas PETIC)	Ações	Prazos		Resultado
		Início	Conclusão	
3.7	Aprimorar o processo de manutenção corretiva das urnas	1/12/2014	30/6/2015	Realizada parcialmente. Foram realizadas modificações nos formulários de controle da manutenção corretiva, e já estão sendo utilizados novos modelos no controle da manutenção. Ainda não concluímos a ação, pois pretendemos encontrar uma forma de identificação das urnas com maior incidência de defeitos, para que as mesmas possam ser acompanhadas de forma mais eficaz.
4.1	Implantar sistema para agilizar a obtenção de dados do cadastro.	30/11/2013	30/4/2014	Realizada.
4.2	Criar projetos para o suporte de TIC relacionado com a biometria	30/11/2014	18/12/2015	Prejudicada. A iniciativa não foi realizada, tendo em vista que o projeto institucional para implantação da biometria não foi formalizado em todos os níveis (Abertura, Escopo e Plano de Trabalho), inviabilizando a definição acerca da criação de subprojetos de TIC relacionados.
4.3	Desenvolver e implantar o Sistema PAE (Processo Administrativo Eletrônico)	1/12/2014	18/12/2015	Prejudicada. A iniciativa foi substituída pela implantação do sistema SEI, que também consiste numa solução de processo administrativo eletrônico.
4.4	Assessorar a aquisição e implantação de ferramenta de registro de frequência eletrônico.	30/11/2013	30/7/2014	Não realizada. A iniciativa foi priorizada no portfólio de projetos de desenvolvimento de sistemas do TRE, porém não será concluída antes das eleições 2016.
4.5	Transferir conhecimentos ASCOM	17/2/2014	30/5/2014	Realizada.
4.6	Implantar o sistema de malote digital – Hermes - nas Zonas Eleitorais (ZEs).	Realizada	Realizada	Realizada.
4.7	Implantar solução para abertura a acompanhamento de requisições de serviços para SA e SGP.	30/3/2014	30/5/2014	Realizada.
4.8	Aperfeiçoar sistema informatizado para logística de urnas eletrônicas	30/4/2014	30/7/2014	Realizada.
4.9	Aperfeiçoar a solução informatizada de gestão de RH	30/4/2014	30/7/2014	Realizada.
4.10	Implantar o sistema APEX	30/4/2014	30/3/2015	Realizada.
4.11	Estudar a possibilidade de implantação de ferramenta de inteligência nos negócios (BI – <i>Business Intelligence</i>)	30/4/2014	19/12/2014	Não realizada. Havia necessidade de da alocação de orçamento específico, que foi contingenciado em 2015.

ID (Iniciativas PETIC)	Ações	Prazos		Resultado
		Início	Conclusão	
4.12	Propor o georreferenciamento de unidades da Justiça Eleitoral em Pernambuco.	30/5/2014	30/08/2014	Realizada parcialmente. Foi realizado projeto piloto abrangendo a região metropolitana do estado. Encontra-se no portfólio de projetos a serem desenvolvidos pela COSIS, projeto que venha a contemplar o georreferenciamento de todo o Estado.
5.1	Propor calendário formal de realização de reuniões periódicas do COGEST (CDTIC) para discutir assuntos estratégicos relacionados à STIC.	30/7/2014	30/11/2014	Realizada. As reuniões do COGEST ocorrem com frequência, e tanto a Diretoria Geral quanto a Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica têm atendido nossas solicitações de pauta.
6.1	Ampliar e renovar a infraestrutura de redes de comunicação de dados e voz.	3/2/2014	31/12/2014	Realizada.
6.2	Desenvolver plano de continuidade dos Serviços de TIC	1/12/2014	31/12/2015	Não realizada. A atividade está em andamento conforme Projeto Estratégico nº 7 TRE-PE. A previsão de conclusão é 2018, de forma que a iniciativa será contemplada no PETIC e PDTIC que serão propostos ao COGEST.
6.3	Desenvolver as equipes da COINF em continuidade dos serviços de TIC	2/2/2015	18/12/2015	Realizada parcialmente. Alguns cursos específicos relacionados com a continuidade de negócios serão incluídos nos planos anuais de capacitação entre 2017 e 2018.
6.4	Estabelecer critérios e métodos para acompanhamento dos sistemas e aplicativos disponíveis	1/12/2014	18/12/2015	Realizada. Monitoramento se dá pela aplicação OCR.
6.5	Definir e executar ações para ampliação e renovação do parque computacional	1/12/2014	31/12/2015	Realizada. As ações foram consignadas nos orçamentos ordinários para 2016 e 2017.
7.1	Identificar os clientes que utilizam qualquer canal de suporte	14/7/2014	31/8/2014	Realizada. Finalizado com o envio do documento "Identificação de clientes de TIC.odt" para a ASSIGG, por e-mail, no dia 8/jan/2015. Pendente de divulgação interna (STIC).

ID (Iniciativas PETIC)	Ações	Prazos		Resultado
		Início	Conclusão	
7.2	Elaborar o catálogo de serviços de TIC	6/6/2014	14/7/2014	Realizada. O catálogo de serviços foi formalmente instituído pela Portaria nº 107, publicada no Diário de Justiça Eletrônico do dia 26/fev/2015. Pendente de divulgação interna (TRE-PE) e implantação da ferramenta de controle.
7.3	Estabelecer acordos de nível de serviço (ANS)	3/11/2014	30/10/2015	Não realizada.
7.4	Estabelecer critérios de categorização das demandas	3/11/2014	30/10/2015	Realizada. Categorização de demandas incluída na planilha de impacto e urgência aprovada na reunião do CETIC de 30/mar/2015. Pendente de divulgação interna (STIC).
7.5	Estabelecer critérios de priorização de incidentes	3/11/2014	30/10/2015	Realizada. Priorização de incidentes incluída na planilha de impacto e urgência aprovada na reunião do CETIC de 30/mar/2015. Pendente de divulgação interna (STIC).
7.6	Definir acordos de nível operacional (ANO)	3/11/2014	30/10/2015	Não realizada.
7.7	Construir a base de conhecimento	16/12/2013	30/9/2014	Realizada. A base de conhecimento foi implantada através da Instrução Normativa nº 7 (29.set.2015), publicada no Diário de Justiça Eletrônico de 5/out/2015.
7.8	Implantar disciplinas do ITIL	3/11/2014	18/12/2015	Prejudicada. Foi retirada do PDTIC em uma das atualizações das iniciativas, já que as disciplinas do ITIL estão sendo implantadas/adaptadas por todas as áreas da STIC.
8.1	Definir a política de infraestrutura	1/12/2014	18/12/2015	Não realizada. A ação será realizada no contexto da gestão de ativos, cuja responsabilidade será da Comissão de Segurança da Informação – CSI.
8.2	Modelar o processo de planejamento das ações de TIC para as Eleições	3/2/2014	19/12/2014	Realizada. A ASPLAN definiu os processos finalísticos das eleições, e estabeleceu o planejamento integrado das eleições, baseada em processos e com suporte de sistema informatizado (SIMPLES).

ID (Iniciativas PETIC)	Ações	Prazos		Resultado
		Início	Conclusão	
8.3	Criar o processo de desenvolvimento de software	30/6/2013	30/7/2014	Realizada. Conforme Instrução Normativa nº 5/2015.
8.4	Aperfeiçoar processo de coleta e medição de indicadores	2/2/2015	30/6/2015	Realizada. Os processos finalísticos de TIC relacionados com as eleições foram criados sob a supervisão da ASPLAN, e o PETIC traz indicadores que são reportados anualmente à alta administração, sob a forma de metas institucionalizadas no Planejamento Estratégico Institucional (PEI).
8.5	Aperfeiçoar o processo de capacitação interna em governança	2/2/2015	30/6/2015	Realizada. As ações de capacitação foram levantadas com vistas ao atendimento das iniciativas definidas no PETIC, e consignadas formalmente em plano de capacitação anual aprovado pela presidência do TRE.
8.6	Desenvolver Plano de Gestão de Riscos	17/11/2014	20/12/2014	Realizada. Aprovado pelo CETIC, em 14/dez/2015 o processo de Gestão de Riscos de Infraestrutura.
9.1	Realizar estudo comparativo dos formulários modelos	30/5/2014	29/8/2014	Realizada. A ASSIGG realizou a comparação e simplificação de modelos de formulários para adequação da Metodologia de Gestão de Projetos da STIC (MGP/STIC), em parceria com a Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas (atual Coordenadoria de Sistemas - COSIS).
9.2	Divulgar a MGP no âmbito interno	17/11/2014	18/12/2015	Realizada. A MGP está disponível na Intranet, assim como os projetos da STIC.
9.3	Desenvolver atividades de acompanhamento da MGP	17/11/2014	18/12/2015	Realizada parcialmente.
10.1	Qualificar continuamente as áreas de TIC	1/4/2014	18/12/2015	Realizada. As ações de capacitação foram consignadas formalmente em plano de capacitação anual aprovado pela presidência do TRE.

ID (Iniciativas PETIC)	Ações	Prazos		Resultado
		Início	Conclusão	
10.2	Realizar eventos de integração.	1/4/2014	18/12/2015	Realizada. Introdução da psicodinâmica por meio de reuniões setoriais coordenadas pela CAS/SGP.
10.3	Mapear e participar de eventos, feiras e congressos relacionados com as ações do PETIC	1/4/2014	18/12/2015	Realizada parcialmente. O mapeamento foi realizado no contexto no Plano Anual de Capacitação, porém a participação nos eventos foi prejudicada pela necessidade de priorizar a implantação e suporte à biometria.
10.4	Iniciar práticas de gestão de competências na STIC	1/7/2015	18/12/2015	Não realizada. Conforme encontro realizado em 25/jan/2016, promovido pela Diretoria-Geral na Sala de Sessões do TRE, a gestão por competências será iniciada pelas seguintes unidades: SGP, SCI, ASPLAN, EJE e Ouvidoria.
11.1	Elaborar o Plano de Contratações de TIC 2015	25/6/2014	21/11/2014	Realizadas. Os Planos de Contratações foram formalizados pelo TRE e encontram-se disponibilizados na página da <i>Internet</i> , no <i>link</i> Transparência.
	Elaborar o Plano de Contratações de TIC 2016	25/6/2015	23/11/2015	
11.2	Estimar o orçamento necessário à execução do PETIC 2016	25/6/2015	23/11/2015	Realizada. As necessidades foram consignadas no orçamento ordinário.
12.1	Catalogar os ativos de TIC	1/12/2014	30/10/2015	Realizada. Foi aprovada a Política de Gestão de Ativos, por meio da Instrução Normativa nº 11/2016, que se encontra em fase de implantação no TRE.
12.2	Definir diretrizes para otimização dos ativos de TIC	3/11/2015	18/12/2015	
12.3	Elaborar planejamento para melhoria contínua das ações referentes aos ativos	1/12/2014	30/10/2015	
	Analisar e validar o plano de melhoria contínua das ações referentes aos ativos	3/11/2015	18/12/2015	

Estadística (PDTIC 2014-2015)

Resultado da Ações	Quantidade	Percentual
Realizada	39	65,00
Realizada parcialmente	9	15,00
Não realizada	7	11,67
Prejudicada	5	8,33
Total	60	100

8. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TIC

Conforme se verifica abaixo, a missão, visão, valores e objetivos estratégicos de TIC estão formalizados pela Portaria TRE-PE nº 203/2016.

O referencial estratégico é coerente, compatível e alinhado com a estratégia organizacional, o modelo de negócio e os objetivos de negócio, conforme demonstrado no tópico 5 – Princípios e Diretrizes, deste documento.

A periodicidade de revisão está indicada no Processo de Governança, instituído pela Portaria TRE-PE nº 576/2014.

8.1 Missão

Prover e manter soluções tecnológicas, infraestrutura e governança de TIC para o cumprimento da missão institucional.

8.2 Visão

Ser reconhecido e valorizado como referência em governança, gestão e infraestrutura de TIC na Justiça Eleitoral.

8.3 Atributos de Valor para a Sociedade

- Acessibilidade e usabilidade
- Celeridade
- Inovação
- Responsabilidade social e ambiental
- Transparência

8.4 Objetivos Estratégicos

Perspectiva Recursos

- OE1 – Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal
- OE2 – Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas
- OE3 – Aprimorar a gestão orçamentária e financeira

Perspectiva Processos Internos

- OE4 – Aperfeiçoar a governança e a gestão
- OE5 – Aprimorar as contratações
- OE6 – Promover a adoção de padrões tecnológicos
- OE7 – Aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação
- OE8 – Aprimorar a segurança da informação

Perspectiva Resultados

- OE9 – Primar pela satisfação do usuário de TIC

9. ALINHAMENTO COM A ESTRATÉGIA DA ORGANIZAÇÃO

Necessidades de TIC Identificadas	Objetivos Estratégicos da STIC	
I - Aprimoramento do levantamento das necessidades de capacitação	OE1	Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal
II - Aperfeiçoamento da prestação de serviços de TIC	OE2	Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas
	OE9	Primar pela satisfação do usuário de TIC
III - Planejamento e execução dos recursos orçamentários	OE3	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira
	OE5	Aprimorar as contratações
IV - Continuidade da implantação das melhores práticas de governança e gestão de TIC	OE4	Aperfeiçoar a governança e a gestão
	OE6	Promover a adoção de padrões tecnológicos
	OE7	Aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação
	OE8	Aprimorar a segurança da informação

10. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES

10.1 Critérios de Priorização

As necessidades de TIC foram priorizadas de acordo com os objetivos estratégicos da instituição e dos objetivos estratégicos da área de TIC.

10.2 Necessidades Identificadas

De acordo com o Planejamento Estratégico Institucional, observaram-se as seguintes necessidades, como oportunidades de melhoria:

- I. **Aprimoramento do levantamento das necessidades de capacitação**, por intermédio do Levantamento das Necessidades de Capacitação – LNC, para identificar as carências das equipes de gestão e técnicas da área de TIC possibilitando a elaboração do Plano de Capacitação de TIC;
- II. **Aperfeiçoamento da prestação de serviços de TIC**, por meio de melhoria no serviço de suporte técnico, suporte ao cadastramento biométrico, política de aquisição, manutenção e descarte de equipamentos e implantação de sistemas informatizados de processos administrativos e judiciais;
- III. **Planejamento e execução dos recursos orçamentários**, visando ao levantamento adequado das necessidades de contratações de TIC, com vistas à elaboração do Plano de Contratações, bem como adoção de controles para o acompanhamento da execução do referido Plano;
- IV. **Continuidade da implantação das melhores práticas de governança e gestão de TIC**, com o fim de atender ao contido no Catálogo de Requisitos de Governança do TRE-PE, instituído pela Portaria TRE-PE nº 1.249/2017.

11. PLANO DE METAS E DE AÇÕES

11.1 Plano de Metas

Na execução do PDTIC, há indicadores com medição mensal, quadrimestral, anual e bianual, conforme estabelecido no PETIC 2016-2021.

Necessidade		Meta						
ID	Descrição da necessidade de TIC	ID	Descrição da meta	Descrição do indicador	Valor percentual			Prazo
					1ºQ	2ºQ	3ºQ	
I	Aprimoramento do levantamento das necessidades de capacitação	1	Desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas	1 - Índice de Execução do Plano Anual de Capacitação de TIC	70			31/12/2016
					85			31/12/2017
					30	60	75	31/12/2018
					10	40	90	31/12/2019
					30	60	80	31/12/2020
					10	40	95	31/12/2021
II	Aperfeiçoamento da prestação de serviços de TIC	2	Manutenção e disponibilidade de infraestrutura de TIC	2 - Índice de Disponibilidade de Infraestrutura do TRE-PE para Serviços Definidos como Essenciais	98			31/12/2016
					98,3			31/12/2017
					98,6			31/12/2018
					98,9			31/12/2019
					99,2			31/12/2020
					99,5			31/12/2021
		3	Aperfeiçoamento do processo de desenvolvimento de sistemas	3 - Índice de Entregas Validadas	80			31/12/2016
					80			31/12/2017
					85	85	85	31/12/2018
					90	90	90	31/12/2019
					90	90	90	31/12/2020
					95	95	95	31/12/2021
		4	Aperfeiçoamento da manutenção preventiva e corretiva das urnas eletrônicas	4 - Índice de Urnas Eletrônicas Substituídas	3			31/12/2016
					2			31/12/2018
					2			31/12/2020
		5	Satisfação dos usuários de TIC	11 - Índice de satisfação do cliente interno	80			31/12/2016
					82			31/12/2017
					50			31/12/2018
55					31/12/2019			
60					31/12/2020			
65					31/12/2021			

Necessidade		Meta						
ID	Descrição da necessidade de TIC	ID	Descrição da meta	Descrição do indicador	Valor			Prazo
III	Planejamento e execução dos recursos orçamentários	6	Efetividade da execução orçamentária de TIC	5 - Índice de Execução do Orçamento de TIC	90			31/12/2016
					95			31/12/2017
					40	60	96	31/12/2018
					30	60	97	31/12/2019
					40	60	98	31/12/2020
					30	60	98	31/12/2021
		7	Efetividade da execução do Plano de Contratações de TIC	7 - Índice de Execução do Plano de Contratações de TIC	80			31/12/2016
					83			31/12/2017
					86	86	86	31/12/2018
					89	89	89	31/12/2019
					92	92	92	31/12/2020
					95	95	95	31/12/2021
IV	Continuidade da implantação das melhores práticas de governança e gestão de TIC	8	Consolidação do uso de melhores práticas de governança	6 - Índice de atendimento aos requisitos de governança de TIC do TRE-PE	-			31/12/2016
					-			31/12/2017
					20	35	50	31/12/2018
					60	65	70	31/12/2019
					72	75	77	31/12/2020
		80	85	90	31/12/2021			
		9	Consolidação do uso da Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas	8 - Índice de entregas do projeto de extensão da metodologia instituída pelo PRODES	-			31/12/2016
					-			31/12/2017
					70	75	75	31/12/2018
					80	90	100	31/12/2019
					-			31/12/2020
					-			31/12/2021
		10	Efetividade no uso de sistemas judiciais aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)	9 - Índice de desenvolvimento de sistemas judiciais aderentes ao MNI	10			31/12/2016
					20			31/12/2017
					25	27	30	31/12/2018
					35	45	50	31/12/2019
					60	65	70	31/12/2020
		72	75	80	31/12/2021			
		11	Cumprimento das ações previstas no Plano de Segurança da Informação	10 - Índice de execução das atividades do Plano de Trabalho de Segurança da Informação sob a responsabilidade da STIC	30			31/12/2016
					40			31/12/2017
					50	50	50	31/12/2018
60	60				60	31/12/2019		
80	80				80	31/12/2020		
90	90	90	31/12/2021					

11.2 Plano de Ações

Meta	1 - Desenvolvimento de Competências Gerenciais e Técnicas			
ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
1.1	Análise da estrutura da STIC e deliberação quanto à necessidade de proposição de modificações.	3/11/2016	2/12/2016	CETIC
1.2	Proposição da nova estrutura da STIC ao COGEST.	2/12/2016	9/12/2016	CETIC
1.3	Levantamento das necessidades de capacitação.	3/11/2016	19/12/2016	ASSIGG
1.4	Monitoramento do Plano de Capacitação.	1/2/2017	19/12/2017	ASSIGG
1.5	Levantamento das necessidades de capacitação.	3/9/2017	19/12/2017	ASSIGG
1.6	Monitoramento do Plano de Capacitação.	1/2/2018	19/12/2018	ASSIGG
1.7	Levantamento das necessidades de capacitação.	3/9/2018	19/12/2018	ASSIGG
1.8	Monitoramento do Plano de Capacitação.	1/2/2019	19/12/2019	ASSIGG
1.9	Levantamento das necessidades de capacitação.	3/9/2019	19/12/2019	ASSIGG
1.10	Monitoramento do Plano de Capacitação.	1/2/2020	19/12/2020	ASSIGG
1.11	Levantamento das necessidades de capacitação.	3/9/2020	19/12/2020	ASSIGG
1.12	Monitoramento do Plano de Capacitação.	1/2/2021	19/12/2021	ASSIGG

Meta	2 - Manutenção e disponibilidade de infraestrutura de TIC			
ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
2.1	Identificação dos riscos de continuidade de serviços de TIC. <i>Prazo final revisto em razão da IN nº 18/2017</i>	4/4/2016	24/11/2018	CETIC
2.2	Elaboração do plano de continuidade dos serviços de TIC. <i>Prazo final revisto em razão da IN nº 18/2017</i>	4/4/2016	24/11/2018	CETIC
2.3	Capacitação em disponibilidade, capacidade e continuidade de serviços de TIC. <i>Prazo final revisto em razão da IN nº 18/2017</i>	1/2/2017	24/11/2018	COINF
2.4	Implantação e monitoramento de ações de continuidade de serviços de TIC. <i>Prazo final revisto em razão da IN nº 18/2017</i>	2/1/2016	24/11/2018	CETIC
2.5	Implantar a IN nº 15/2017 – Gerenciamento das Operações e Comunicações	2/1/2018	4/4/2019	COINF
2.6	Identificação das necessidades de capacitação relacionadas com a disponibilidade, a capacidade e a continuidade de serviços.	3/11/2016	19/12/2020	COINF
2.7	Atendimento às demandas da Comissão de Segurança da Informação – CSI.	2/1/2018	19/12/2021	COINF

Meta	3 - Aperfeiçoamento do processo de desenvolvimento de sistemas			
ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
3.1	Revisão da metodologia de gestão de projetos, com ênfase nos aperfeiçoamentos de mecanismos de autorização formal para abertura, definição de escopo e aceitação de entregas dos projetos.	4/4/2016	29/4/2016	ASSIGG
3.2	Aperfeiçoamento dos critérios de pontuação relacionados com o portfólio de desenvolvimento de sistemas de informação.	4/4/2016	30/6/2016	ASPLAN
3.3	Elaboração de formulário para solicitações de manutenções de baixa complexidade, a fim de mensurar o esforço com entregas relacionadas à sustentação operacional de sistemas.	1/4/2016	29/4/2016	COSIS
3.4	Divulgação, com mais detalhes e maior amplitude, do processo de gerenciamento de portfólio de desenvolvimento e sustentação de sistemas para as unidades do Tribunal.	4/7/2016	30/8/2016	ASPLAN
3.5	Atualização do PRODES, com ênfase na inclusão de documentos da metodologia de gestão de projetos referentes a abertura, escopo e aceitação da entrega.	4/4/2016	31/8/2016	COSIS
3.6	Capacitação das equipes da COSIS na utilização do PRODES.	6/2/2017	30/6/2017	COSIS
3.7	Estabelecimento de critérios para classificação e tratamento das demandas entre projetos e sustentação operacional de sistemas.	1/3/2017	28/7/2017	ASPLAN
3.8	Utilização efetiva da disciplina de Gerência de Qualidade, estabelecida no PRODES.	2/5/2016	15/12/2017	COSIS
3.9	Atendimento ao portfólio de projetos corporativos de desenvolvimento e sustentação de sistemas da informação.	4/4/2016	19/12/2021	COSIS
3.10	Atendimento às demandas da Comissão de Segurança da Informação – CSI.	2/1/2018	19/12/2021	COSIS

Meta	4 - Aperfeiçoamento da manutenção preventiva e corretiva das urnas eletrônicas			
ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
4.1	Mapeamento dos modelos e causas de substituição de urnas das eleições 2014.	7/3/2016	30/4/2016	COGEL
4.2	Aprimoramento do processo de manutenção preventiva das urnas.	7/3/2016	31/8/2016	COGEL
4.3	Aprimoramento do processo de manutenção corretiva das urnas.	7/3/2016	31/8/2016	COGEL
4.4	Realização de simulados durante a fase de preparação das eleições.	30/3/2016	30/9/2016	COGEL
4.5	Análise dos percentuais de falhas nas urnas nas eleições 2016 e elaboração de estratégias de manutenção que minimizem a ocorrência de falhas para as eleições seguintes.	6/1/2017	30/11/2017	COGEL
4.6	Atendimento às ações contidas nas auditorias de armazenamento de urnas e suprimentos para as urnas.	1/11/2017	30/6/2018	COGEL
4.7	Realização de simulados durante a fase de preparação das eleições.	1/9/2017	30/9/2018	COGEL
4.8	Realização das ações descritas no PIELE inerentes à logística de urnas e mídias.	1/11/2017	30/11/2018	COGEL
4.9	Análise dos percentuais de falhas nas urnas nas eleições 2018 e elaboração de estratégias de manutenção que minimizem a ocorrência de falhas para as eleições seguintes.	7/1/2019	29/11/2019	COGEL
4.10	Realização de simulados durante a fase de preparação das eleições.	1/10/2019	30/9/2020	COGEL
4.11	Realização das ações descritas no PIELE inerentes à logística de urnas e mídias	1/11/2019	30/11/2020	COGEL
4.12	Atendimento às demandas da Comissão de Segurança da Informação – CSI.	1/1/2018	19/12/2021	COGEL

Meta	5 - Satisfação dos usuários de TIC			
ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
5.1	Divulgação interna do documento "Identificação de clientes de TIC".	1/4/2016	30/4/2016	COSUP
5.2	Divulgação interna do catálogo de serviços de TIC.	1/4/2016	30/4/2016	COSUP
5.3	Divulgação interna dos critérios de categorização das demandas.	1/4/2016	30/4/2016	COSUP
5.4	Divulgação interna dos critérios de priorização de incidentes.	1/4/2016	30/4/2016	COSUP
5.5	Customização do Sistema de Atendimento ao Cliente – SAC.	1/5/2016	30/6/2016	COSIS
5.6	Definição e implantação de mecanismo de controle e atualização do catálogo de serviços de TIC.	1/4/2016	30/6/2016	COSUP
5.7	Aprimoramento da atual pesquisa de satisfação.	1/11/2016	31/8/2017	COSUP

Meta	5 - Satisfação dos usuários de TIC			
ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
5.8	Definição de mecanismos para aferição dos acordos de níveis de serviço da empresa contratada para atendimento do suporte de 1º nível (relacionado com a iniciativa 1.3 do PDTIC 2014-2015, que resta pendente).	1/1/2017	20/12/2019	COSUP/COSIS
5.9	Realização das ações previstas na IN nº 19/2017.	2/1/2018	6/7/2019	COSUP
5.10	Atendimento às demandas da Comissão de Segurança da Informação – CSI.	1/1/2018	19/12/2021	COSUP

Meta	6 - Efetividade da execução orçamentária de TIC			
ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
6.1	Apoio na elaboração dos documentos para efetivação das contratações, de acordo com a resolução vigente que disponha sobre o tema.	18/4/2016	19/12/2021	ASSIGG
6.2	Acompanhamento da aderência entre o valor planejado e o executado.	18/4/2016	19/12/2021	ASSIGG
6.3	Proposição de remanejamento orçamentário, para garantir o uso do orçamento disponibilizado.	18/4/2016	19/12/2021	CETIC

Meta	7 - Efetividade da execução do Plano de Contratações de TIC			
ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
7.1	Elaboração do quadro-resumo com os prazos finais para início das aquisições de bens e serviços, bem como renovações contratuais.	18/4/2016	19/5/2021	ASSIGG
7.2	Elaboração do Plano de Contratações de TIC para cada exercício.	1/8/2017	19/12/2021	ASSIGG
7.3	Monitoramento do plano de contratações ordinárias e de eleições nos encontros do CETIC.	18/4/2016	19/12/2021	ASSIGG
7.4	Acompanhamento da aderência entre as datas previstas para elaboração dos documentos da contratação e o executado.	2/1/2018	19/12/2021	ASSIGG

Meta	8 – Consolidação do uso de melhores práticas de governança			
ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
8.1	Revisão da política de gestão de riscos	18/04/2016	31/5/2016	ASSIGG
8.2	Revisão do processo de gestão de riscos	18/04/2016	31/5/2016	ASSIGG
8.3	Criação de critérios objetivos para priorização de projetos de infraestrutura	1/6/2016	19/12/2016	ASSIGG
8.4	Revisão do catálogo de serviços	4/4/2016	19/12/2016	COSUP
8.5	Identificação dos serviços de TIC envolvidos no ANS e atribuição dos gestores de serviços.	1/4/2016	30/6/2017	COSUP
8.6	Identificação dos serviços de TIC envolvidos no ANO e atribuição dos gestores de serviços (considerando os classificados como essenciais pelo COGEST e o catálogo de serviços de TIC)	1/4/2016	30/6/2017	COSUP
8.7	Criação do portfólio de projetos de TIC	1/3/2017	30/6/2017	ASSIGG
8.8	Construção dos Acordos de Nível Operacional de cada componente de serviço	1/7/2017	30/7/2017	COSUP
8.9	Elaboração do modelo do Acordo de Nível de Serviço	1/7/2017	30/7/2017	COSUP
8.10	Capacitação em gestão de projetos	4/1/2017	19/12/2017	CETIC
8.11	Implantação da gestão de ativos	4/4/2016	19/12/2017	CETIC
8.12	Apresentação do modelo à homologação	1/8/2017	19/12/2017	COSUP/COINF/ COSIS/COGEL
8.13	Ajustes e finalizações nos acordos enviados entre as áreas envolvidas	1/08/2017	19/12/2017	COSUP/COINF/ COSIS/COGEL
8.14	Mapeamento dos riscos estratégicos de TIC relacionados aos processos eleitorais	27/3/2018	20/4/2018	CETIC
8.15	Implantação da política de gestão de mudanças	5/2/2018	28/6/2018	CETIC
8.16	Elaboração de norma de gestão de configuração	1/4/2018	19/12/2018	ASSIGG
8.17	Construção dos Acordos de Nível de Serviço de cada serviço essencial de TIC, conforme os Acordos de Nível Operacional	7/1/2018	19/12/2018	COSUP/COINF/ COSIS/COGEL
8.18	Apresentação do ANO para homologação	7/01/2018	19/12/2018	COSUP/COINF/ COSIS/COGEL
8.19	Elaboração do plano de gestão de riscos relacionados ao PETIC	2/5/2018	28/6/2019	CETIC
8.20	Apresentação do ANS para homologação	7/1/2019	19/12/2019	COSUP/COINF/ COSIS/COGEL
8.21	Comunicação Interna do ANO	7/01/2019	19/12/2019	COSUP/COINF/ COSIS/COGEL
8.22	Comunicação do ANS	7/1/2020	18/12/2020	COSUP/COINF/ COSIS/COGEL
8.23	Implantação do ANO	7/1/2020	18/12/2020	COSUP/COINF/ COSIS/COGEL
8.24	Implantação do ANS	7/1/2021	19/12/2021	COSUP/COINF/ COSIS/COGEL
8.25	Assessoramento direto à gerência de projetos	31/3/2016	19/12/2021	ASSIGG

Meta	8 – Consolidação do uso de melhores práticas de governança			
ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
8.26	Acompanhamento da abertura dos projetos definidos no portfólio	1/7/2017	19/12/2021	ASSIGG
8.27	Inclusão da ASSIGG como parte interessada em todos os projetos da STIC	1/4/2016	19/12/2021	CETIC

Meta	9 – Consolidação do uso da metodologia de desenvolvimento de sistemas			
ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
9.1	Desenvolvimento de projeto de extensão do PRODES para inclusão do subprocesso de sustentação ou customização de <i>software</i> .	6/2/2017	31/10/2017	COSIS
9.2	Desenvolvimento de projeto de extensão do PRODES para inclusão do subprocesso de sustentação de portais.	6/2/2017	31/10/2017	SEWEB
9.3	Realização de piloto de utilização do subprocesso de sustentação ou customização de <i>software</i> estabelecido no PRODES.	1/11/2017	30/3/2018	SESEL
9.4	Realização de piloto de utilização do subprocesso de sustentação de portais estabelecido no PRODES.	1/11/2017	30/3/2018	SEWEB
9.5	Atendimento às demandas da Comissão de Segurança da Informação - CSI	1/1/2018	19/12/2021	COSIS

Meta	10 - Efetividade no uso de sistemas judiciais aderentes ao MNI			
ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
10.1	Gestões, junto ao TSE, para definição do cronograma de implantação do PJe no TRE-PE.	6/3/2017	28/12/2018	DG
10.2	Implantação do PJe aderente ao MNI no TRE-PE.	TSE	TSE	COSIS
10.3	Desenvolvimento de sistemas judiciais aderentes ao MNI, quando priorizado pelo COGEST.	1/1/2018	19/12/2021	COSIS

Meta	11 - Cumprimento das ações previstas no Plano de Segurança da Informação			
ID	Descrição da Ação	Prazos		Área Responsável
		Início	Conclusão	
11.1	Análise do plano de trabalho das ações previstas no Plano de Segurança da Informação.	18/4/2016	18/5/2016	CETIC
11.2	Viabilização da execução das ações de segurança da informação sob a responsabilidade da STIC.	2/5/2016	19/12/2021	CETIC
11.3	Monitoramento mensal das ações de segurança da informação sob a responsabilidade da STIC.	2/5/2016	19/12/2021	CETIC

12. PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS

12.1 Estruturação de pessoal

Para a execução de suas atribuições regulamentares, a STIC está estruturada em quatro Coordenadorias, já referidas no item 6 – Organização da STIC.

A unidade dispõe da seguinte força de trabalho:

Descrição	Quantitativo
Servidores efetivos administrativos do TRE-PE que atuam na STIC	32
Servidores efetivos administrativos de outros TREs que atuam na STIC	2
Servidores efetivos especializados do TRE-PE que atuam na STIC	31
Servidores efetivos especializados de outros TREs que atuam na STIC	5
Servidores requisitados – área administrativa	2
Servidores sem vínculo	3
Força de trabalho terceirizada	1
Estagiários	19
Total	95
Servidores efetivos especializados do TRE-PE que não atuam no Regional	6
Servidor efetivo especializado do TRE-PE que não atua na STIC do Regional	2

Encontra-se em curso na Câmara dos Deputados (Projeto de Lei nº 7.990/2014, de iniciativa da Justiça Eleitoral) projeto de aumento da força de trabalho alocada na área de TIC para toda a Justiça Eleitoral, incluindo o TRE-PE. A necessidade de aumento de pessoal está consignada no referido projeto, e corresponde ao acréscimo de 17 servidores efetivos, sendo 7 analistas de sistemas e 10 técnicos, ambos os cargos com perfil especializado.

O referido projeto de lei recebeu da respectiva relatoria na CFT (em 23.nov.2017) a opinião pela INCOMPATIBILIDADE e INADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA do Projeto de Lei nº 7.990, de 2014.

Nos anos de realização das eleições, a estruturação de pessoal é ampliada temporariamente, tendo em vista a necessidade de contemplar força de trabalho específica para atendimento de demandas sazonais, que ocorrem na fase dos atos preparatórios das eleições. Neste caso, o aumento da força de trabalho ocorre por meio de contratação de serviços especializados, ou remanejamento de servidores de outras áreas do TRE, contemplando, minimamente, as seguintes atividades:

- Suporte à preparação, utilização e logística de urnas eletrônicas;
- Preparação, suporte e manutenção da infraestrutura de equipamentos, sistemas, comunicação de voz e dados de TIC;

- Gerenciamento das ações de TIC em 18 sedes (Polos) Regionais.

A definição de remanejamento temporário de servidores é coordenada pela Secretaria de Gestão de Pessoas do TRE, que recruta, aloca e planeja a capacitação de servidores, observados os requisitos definidos pela área de TIC.

12.2 Plano de capacitação

O Plano de Capacitação - PAC vigente não contempla ações de treinamento para a área de TIC em 2016, por se tratar de ano eleitoral, quando as equipes estão dedicadas à execução de planos e cronogramas voltados para as eleições.

No final de 2016, contudo, será efetuado levantamento de necessidades de capacitação, que contemplará o foco de desenvolvimento para alcance das metas previstas no PDTIC.

Tal levantamento irá considerar os objetivos previstos no PETIC e as ações já consignadas neste PDTIC.

O Plano de Capacitação de TIC 2017 foi aprovado em 17/4/2017, conforme Despacho 0354224 registrado no processo SEI nº 0010734-93.2017.6.17.8000. O plano referente a 2018 foi aprovado conforme Despacho da Presidência em 22/12/2017, no Processo SEI nº 0026936-48.2017.6.17.8000. E foi disponibilizado/atualizado na *intranet* em 2.fev.18 no caminho:

Inicial > Institucional > Unidades Administrativas > Secretarias > Secretaria de Gestão de Pessoas > Capacitação > Plano Anual de Capacitação > 2018 > PAC 2018 STIC.pdf (88 KB)

13. PLANO DE INVESTIMENTOS E CUSTEIO

As aquisições de bens e serviços de TIC foram previstas e chanceladas com a aprovação do respectivo Plano de Contratações, em conformidade com os seguintes normativos: Resolução CNJ nº 182/2013, Resolução TRE-PE nº 249/2016 (Alterada pelas Resoluções TRE-PE nº 276/2016, e nº 282/2017) e Instrução Normativa TRE-PE nº 14/2017.

A Portaria TRE-PE nº 863/2015 dispõe sobre a aprovação, publicação e monitoramento do Plano de Contratações do tribunal para o exercício 2016 e define responsabilidades para a elaboração do Plano de Contratações do exercício 2017.

Os Planos de Contratações de TIC encontram-se disponibilizados no sítio deste Regional na internet (www.tre-pe.jus.br), no caminho:

Transparência > Contratações > Planos de Contratações

A partir da Instrução Normativa nº 14/2017, a elaboração, monitoramento e atualização do Plano de Contratações Institucional passou a ser regido por essa norma.

O Plano de Contratações de TIC 2018 foi elaborado pela STIC e submetido à apreciação superior em 24/8/2017, conforme documento nº 0445586, processo SEI nº 0023657-54.2017, e aprovado em 19/02/2018, por meio da Portaria TRE-PE nº 131/2018 (documento nº 0558698).

14. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE TIC

Com a Resolução CNJ nº 182/2013, o orçamento de TIC está consignado, em cada exercício, no Plano de Contratações específico, o qual é revisado de acordo com a Instrução Normativa nº 14/2017, considerando os eventuais contingenciamentos orçamentários, bem como novas diretrizes institucionais.

15. PROCESSO DE REVISÃO DO PDTIC

O processo de revisão do PDTIC consta do processo de governança de TIC do TRE-PE, instituído pela Portaria TRE-PE nº 576/2014, e está disponibilizado no sítio deste Regional na internet (www.tre-pe.jus.br), no caminho:

O TRE > Planejamento e Gestão > Planejamento do TRE-PE

16. FATORES CRÍTICOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO PDTIC

O PDTIC passa pelo seu segundo ciclo neste Regional, porém alguns pontos são importantes para que os resultados sirvam como referência e sustentação para sua consolidação:

- aumento das reuniões do Comitê de Gestão Estratégica – COGEST (CDTIC), de forma a possibilitar que o fórum de governança seja permanentemente trazido para debate, e as definições organizacionais sejam tomadas com a participação ativa e efetiva de todas as áreas;
- patrocínio das áreas de gestão estratégica, incluindo a Diretoria-Geral e Assessoria de Planejamento Estratégico, tendo em vista a importância das unidades mencionadas no contexto de definição, monitoramento e validação contínua dos planos de governança definidos para o TRE;
- manutenção de uma política de investimentos permanentes e graduais em capacitação, para que a equipe da STIC possa acompanhar as rápidas e constantes evoluções de um ambiente que muda frequentemente padrões, metodologias e tecnologias;
- necessidade de criação de uma política de retenção de pessoas na área de TIC, tendo em vista o crescimento de atribuições, constatada formalmente pela grande quantidade de atividades previstas no Regulamento Interno do TRE, sem que tenha havido acréscimo no quantitativo de servidores alocado na STIC;
- apoio dos órgãos de controle interno e externo para monitorar o cumprimento das definições legais e estratégicas inerentes a área de TIC, sob pena de fragilizar a gestão e protelar o avanço perseguido pela legislação vigente;
- divulgação interna constante dos planos de governança definidos para o TRE, para que as definições sejam efetivamente cumpridas e monitoradas;
- apoio dos órgãos superiores, notadamente o TSE e o CNJ, no sentido de acolher e determinar aos Regionais o cumprimento das prerrogativas legais e administrativas definidas na legislação e outras instruções normativas vigentes.

17. CONCLUSÃO

A implantação gradual da governança corporativa tem trazido benefícios concretos, tais como:

- maior conscientização da necessidade de uma prestação jurisdicional de qualidade;
- criação de instrumentos para medição de desempenho;
- criação de estruturas organizacionais de suporte à governança (metodologias de gestão, unidades de apoio e fomento, comitês executivos, entre outros);
- planejamento mais consistente nas aquisições;
- maior valor agregado para a organização, tendo em vista o total alinhamento dos objetivos, iniciativas e ações de TIC com as diretrizes organizacionais.

O desafio ainda é consolidar uma cultura de governança quanto à utilização efetiva de melhores práticas de gestão, incluindo desde a definição das diretrizes até a gestão de projetos e operações.

Com a consolidação da cultura no âmbito interno, será factível um acompanhamento permanente dos planos de governança, que servirão como ponto de partida para que melhores resultados sejam alcançados, e para que a área de TIC possa aprimorar a definição, prestação e acompanhamento dos serviços definidos formalmente em catálogo apropriado.